

Contributos para reflexão

General
António Eduardo Queiroz Martins Barrento



Tenente-general
João Carlos de Azevedo de Araújo Geraldès



1. AMBIENTE ESTRATÉGICO

- A imprevisibilidade da ação política e estratégica de importantes centros de poder.
- O predomínio da urgência e da incerteza nos ambientes políticos e estratégicos.
- As alterações na capacidade nuclear com o surgimento de novos atores.
- A permanência da conflituologia violenta em espaços geográficos alargados.
- A criticidade da ameaça terrorista pela constância, imprevisibilidade e difícil defesa.
- A abrangência e o alastramento da instabilidade política regional.
- A agitação estratégica nas relações euro-atlânticas e no Leste da Europa.
- A tendencial consciência europeia de desenvolvimento de poder próprio.
- A possível reformulação estratégica da OTAN.
- O provável surgimento de conflitos de interesse no mar.

- A ciberguerra como dimensão importante da influência na política e no combate.
- A possível evolução da ONU como pilar influenciador do equilíbrio estratégico.
- A emergência de tendências autonómicas e dos conflitos que podem originar.

2. REFLEXOS PARA A ESTRATÉGIA MILITAR NACIONAL

- A indispensabilidade de incutir no pensamento e na ação política a inevitável repercussão estratégica.

- O imperativo da adoção de uma Estratégia pró-ativa e contingencial.

- A exigência de assegurar uma efetiva capacidade militar de segurança e controlo do Território Nacional para garantir:

- Uma base de apoio fiável para operações aeronavais;
- A salvaguarda de Pontos Sensíveis e de Infraestruturas Críticas;
- Uma eficaz cobertura às medidas de salvaguarda de bens e de segurança das populações.

- O reforço da capacidade conjunta das Forças de Terra, Mar e Ar para otimizar a eficiência da vigilância e intervenção nos espaços terrestres, marítimo e aéreo da responsabilidade nacional.

- O desenvolvimento da capacidade de defesa NBQR e da Cibersegurança.

- O incremento da eficácia operacional no domínio do contra terrorismo, designadamente, através do reforço das capacidades nos âmbitos das Informações, da protecção NBQR, da Ciberguerra e do crescimento da Força através da Mobilização.

- A vantagem de uma flexibilização constitucional, ajustada à alteração da tipologia das ameaças, do emprego das Forças Armadas, em tempo de paz, para segurança reforçada das populações e de infraestruturas críticas e para apoio a ações de Protecção Civil.

- A primazia, no esforço de participação em operações de apoio à paz, à defesa dos interesses vitais do País.

- A exigência de uma competente informação pública sobre o indispensável contributo do vetor militar para, no atual ambiente estratégico, colaborar na política externa do Estado e, no plano interno, na segurança do País, condição indispensável ao desenvolvimento.